

HIDRELÉTRICAS NA BACIA DO JURUENA



**QUEM PAGA
ESSA CONTA?**

TEXTO

Adriana Werneck Regina

Alisson Oliveira

Cleiton Silvestrim

Ernesta da Silva Araújo

Vanessa Parreira Perin

REVISÃO

Catarina Morawska

Dafne Spolti

Liliane Fernanda Gardim Xavier

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Larissa Grazielle Rocha Silva

Paula Cristina de Farias Capitulino

ILUSTRAÇÕES

Bruna Sirayp Kayabi

Lucinda do Carmo Sirayup Kayabi

Gisele de Farias Capitulino

APOIOS



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

SIGLAS

A BACIA DO JURUENA E AS AMEAÇAS DAS HIDRELÉTRICAS

- A Chapada dos Parecis e a bacia do Juruena
- Os projetos hidrelétricos

COMO SURGEM AS HIDRELÉTRICAS?

- Quem é responsável pelo setor elétrico brasileiro?
- Como é feito um projeto hidrelétrico

QUEM ESTÁ PAGANDO PELAS HIDRELÉTRICAS?

- O financiamento do setor elétrico brasileiro
- O caso da UHE Castanheira

ANEXO

Mapeamento dos financiamentos a empreendimentos hidrelétricos na Bacia do rio Juruena – MT.



Vanessa Parreira Perin

Pesquisadora

Este trabalho é resultado de uma pesquisa colaborativa e engajada, desenvolvida em parceria pelo Laboratório de Experimentações Etnográficas da UFSCar, pela Operação Amazônia Nativa e pela Rede Juruena Vivo, contando com o apoio da Wenner-Gren Foundation para sua produção gráfica.

Seu objetivo é apresentar de forma fácil e acessível informações sobre como têm sido financiados os projetos hidrelétricos já existentes ou planejados para a bacia do rio Juruena no estado do Mato Grosso.

Esperamos que este livreto permita uma melhor compreensão e acesso a informações sobre esta temática por parte dos grupos que são afetados por tais empreendimentos, para que possam tomar decisões melhor embasadas em momentos de consulta pública.

SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CGH – Central Geradora Hidrelétrica

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

ECI – Estudo de Componente Indígena

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EPE – Empresa de Pesquisa Energética

EVTE – Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FINAME – Fundo de Financiamento de Máquinas e Equipamentos

FINEM – Fundo de Financiamento a Empreendimentos

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

LP – Licença Prévia

MME – Ministério de Minas e Energia

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PBA – Plano Básico Ambiental

PBAI – Plano Básico Ambiental das Comunidades Indígenas

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PIS – Programa de Integração Social

PL – Projeto de Lei

PPI – Programa de Parceria de Investimentos

REIDI – Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento de Infraestruturas

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente

SIN – Sistema Interligado Nacional

UHE – Usina Hidrelétrica



Os povos que vivem no Juruena têm uma ligação estreita com as águas e os rios. São agricultores rurais, comunidades tradicionais e populações urbanas que utilizam o rio como fonte de água e alimentação, lazer, pesca, transporte e outras atividades relacionadas à conservação dos rios e à biodiversidade.

A região também é local de habitação de muitos povos indígenas, que têm nas paisagens do Juruena a expressão de sua ligação com os ancestrais e os espíritos. Por isso, rios, cachoeiras, montanhas e cavernas são reconhecidos como locais sagrados por esses povos. Esses lugares têm histórias que permanecem sendo contadas aos jovens. São narrativas que têm sua origem em tempos muito antigos.



Foto: Paula Farias



Foto: Juliana Pesqueira



Foto: Caroline Rikbaktsa



Foto: Yotose Enawene



Foto: Larissa Silva



Foto: OPAN

MORADORES ANCESTRAIS NA BACIA DO JURUENA

Povos Haliti (Paresi), Enawenê-nawê, Manoki (Irantxe), Myky, Munduruku, Apiaká, Kawaiwete (Kayabi), Rikbaktsa, Kajkwakratxi (Tapayuna), Kawahiva e Nambikwara (Tawandê, Sabanê) – particularmente os grupos Kithãulhu, Wakalitesu, Sawentesu, Halotesu e Munduca.



Título: Apiacás, Habitação dos Apiacás sobre o Arinos, 1828.

Autor: Hercule Florence

Fonte:
<https://revistapesquisa.fapesp.br/exposicao-reune-obra-de-hercule-florence/>

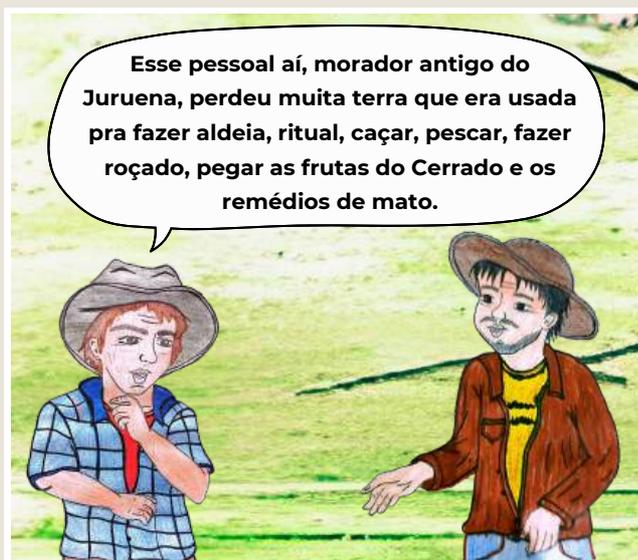


Foto: Livia Alcântara/OPAN



Foto: Tarcísio dos Santos/OPAN

Os projetos hidrelétricos

As usinas hidrelétricas podem ser de três tipos:

Usina Hidrelétrica (UHE) → gera mais de 30 megawatts (MW) de energia.

Pequena Central Hidrelétrica (PCH) → gera entre 5 e 30 MW de energia.

Central Geradora Hidrelétrica (CGH) → gera entre 1 e 5 MW de energia.



PCH Telegráfica
Sapezal -MT

Fonte: <https://www.quebecengenharia.com.br/complexo-juruena/>

Até 2022, foram identificados 172 projetos hidrelétricos planejados ou já em operação nas águas da bacia do Juruena [1].

[1] Dados da Operação Amazônia Nativa (OPAN), que desenvolve o monitoramento independente dos projetos hidrelétricos na bacia do Juruena a partir de pesquisas nos órgãos oficiais públicos como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (Sema-MT), Diário Oficial de Mato Grosso (Iomat) e outros competentes ao setor energético. Para mais informações sobre o monitoramento consulte <https://amazonianativa.org.br/2023/01/10/monitoramento-de-pessoes-e-ameacas-em-terras-indigenas/>

Muitas usinas estão planejadas para um mesmo rio, prejudicando as conexões entre diferentes cursos d'água, o volume dos rios e a migração dos peixes que fazem parte do ecossistema regional.

Algumas estão planejadas em áreas próximas a comunidades locais e a terras indígenas, ameaçando alagar roças e locais sagrados, além de colocar em risco elementos da fauna e flora que são centrais para seus modos de vida.



Foto: Adriano Gambarini/OPAN



Foto: Adriano Gambarini/OPAN



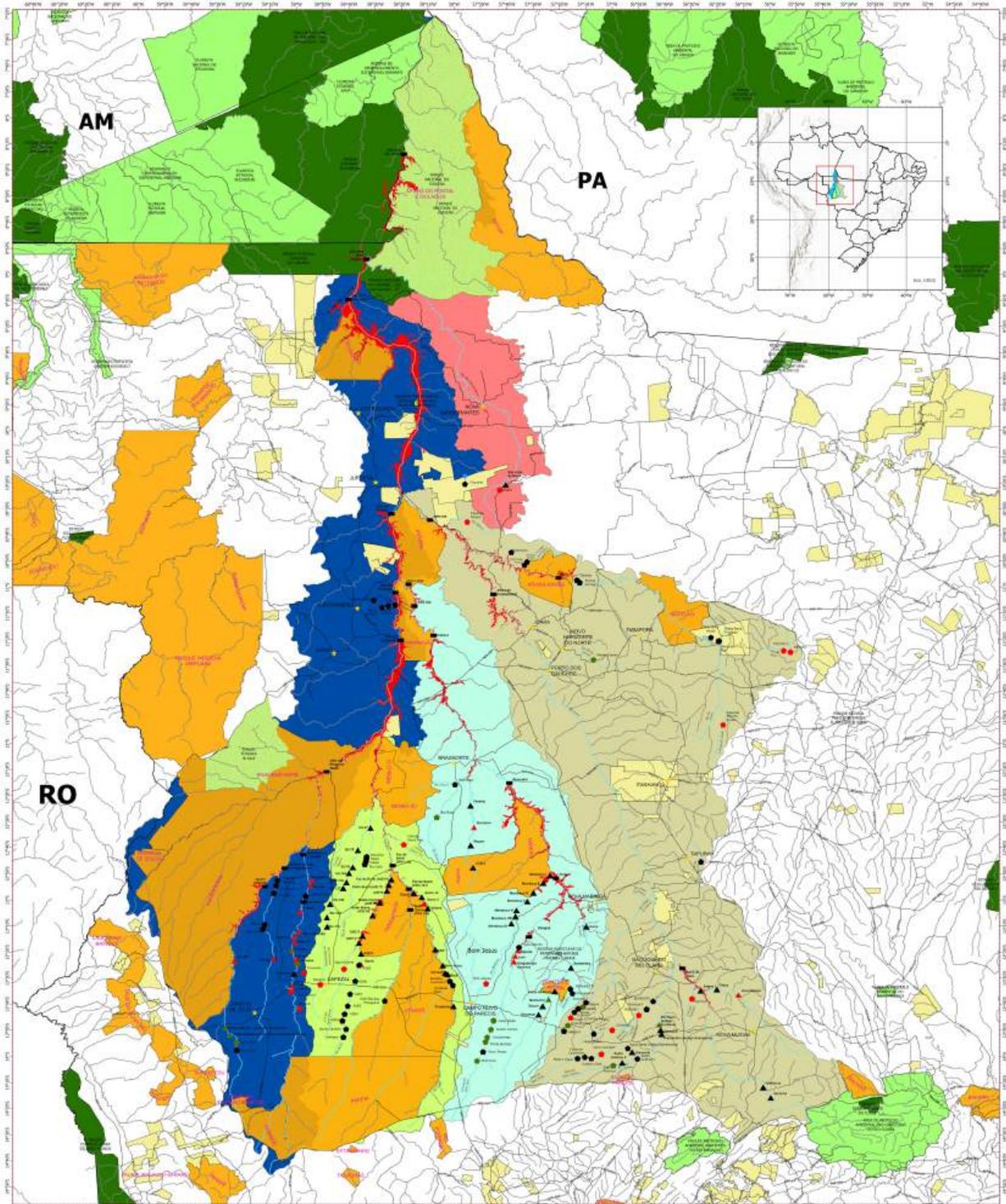
Foto: Pablo Albarenga/OPAN

Coleta de conchas dos caramujos "Tutãra" e "Waibubutsa" no Rio Arinos/Juara-MT

O Tutãra (*Paxyodon syrmatophorus*) é um bivalve da família Hyriidae utilizado pelos Rikbaktsa, que também utilizam Waibubutsa, uma espécie de caramujo gastrópode. Athila (2016, p.278) descreve o Tutãra como uma espécie de "síntese do casamento e até do socius Rikbaktsa" pois este é utilizado no adorno "cobrecostas" utilizado pelas mulheres nos rituais de casamento e que possui uma série de etapas, com saberes e restrições em cada uma, desde a coleta até a confecção do adorno, com a participação mais ativa das mulheres. O Tutãra não é apenas um artesanato, pois envolve a relação entre as pessoas e a manutenção de uma prática cultural importante, além de estar presente em vários mitos Rikbaktsa, e é coletado exclusivamente no rio Arinos, denominado pelos Rikbaktsa como Tutãratsik, "água de caramujo ou concha" (Athila, 2020; Callil, 2019). O bivalve Tutãra está na lista de espécies ameaçadas, e também é o grupo de maior declínio no planeta entre os organismos aquáticos, de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Por serem espécies que vivem na interface entre sedimentos e água, quaisquer alterações físicas, químicas, ou biológicas podem limitar a sobrevivência dessa espécie (Callil, 2019). Outra peculiaridade do bivalve é seu ciclo que, durante o estágio larval, utiliza espécies de peixes como hospedeiros, e são exigentes quanto aos peixes que irão se ligar nessa fase, portanto interferências nas espécies de peixes também se refletem nos bivalves.

(FONTE: <https://www.amazonianativa.org.br> Laudo técnico de avaliação dos instrumentos de planejamento e de licenciamento da Usina Hidrelétrica Castanheira/).

Hidrelétricas nas sub-bacias do Juruena (maio de 2023)



Legenda			
● Sede/municípios	UC Sobrepção	Sub-bacia do Rio Juruena	▲ Planejamento
— Rodovias	Projetos de assentamento	Sub-bacia do Rio Piquiare	■ Construção
— Hidrografia principal	Terras Indígenas	Sub-bacia do Rio São João do Borá	● Operação
— Hidrografia geral	Limites do Intermédio	Sub-bacia do Rio do Sengajé	▲ Planejamento
■ Reservas de Áreas	Sub-Bacias		
■ UC Proteção Integral	Sub-bacia do Rio Arinos		
■ UC de uso sustentável			

NOTAS:
 Mapa elaborado em maio de 2023.
 Autoria: Paulo Sérgio de Aguiar, 2023.
 © Paulo Sérgio de Aguiar, 2023.
 Este mapa não constitui um instrumento de planejamento.
 O conteúdo deste mapa é de propriedade de Paulo Sérgio de Aguiar.
 Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução sem autorização prévia.
 Paulo Sérgio de Aguiar, 2023.
 Rua Manoel de Barros, 100 - Fátima - Manaus - AM - 69000-000.
 Telefone: (68) 3031-1111.
 E-mail: paulo@psa.com.br



Antes da instalação de um projeto hidrelétrico ou qualquer tipo de intervenção direta ou indireta sobre territórios indígenas e de ocupação tradicional, a legislação brasileira determina a obrigação de consultas livres, prévias, informadas e consentidas com todos os povos possivelmente impactados [2].

LIVRES ➡ não usando de violência ou coação.

PRÉVIAS ➡ que acontecem antes do empreendimento avançar.

INFORMADAS ➡ transparentes e com informações detalhadas e bem explicadas, para que todos possam entender.

CONSENTIDAS ➡ consultas feitas com permissão de toda a comunidade.

Além disso, como parte do licenciamento ambiental, a legislação determina que o empreendedor faça estudos sobre como as usinas vão impactar o território indígena e seus modos de viver – o que se chama Estudo de Componente Indígena (ECI).

Na Bacia do Juruena esse direito não tem sido respeitado.

ISSO NÃO PODE CONTINUAR!

O planejamento da produção de energia deve respeitar os direitos dos povos e comunidades tradicionais.

[2] Este direito é garantido pelo Decreto Legislativo 143 de 20 de junho de 2002 e Decreto 5.051 de abril de 19 de 2004 que reconhecem o texto da Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais.

COMO SURGEM AS HIDRELÉTRICAS?

Quem é responsável pelo setor elétrico brasileiro?

Para compreender como são criadas as hidrelétricas, precisamos falar um pouco dos órgãos públicos responsáveis pelas políticas energéticas no Brasil.

O Setor Elétrico Brasileiro foi criado para garantir que a energia elétrica chegue com segurança a todas as regiões do país (universalização) e com preços acessíveis aos cidadãos (modicidade tarifária).

O setor está organizado em 4 eixos principais:

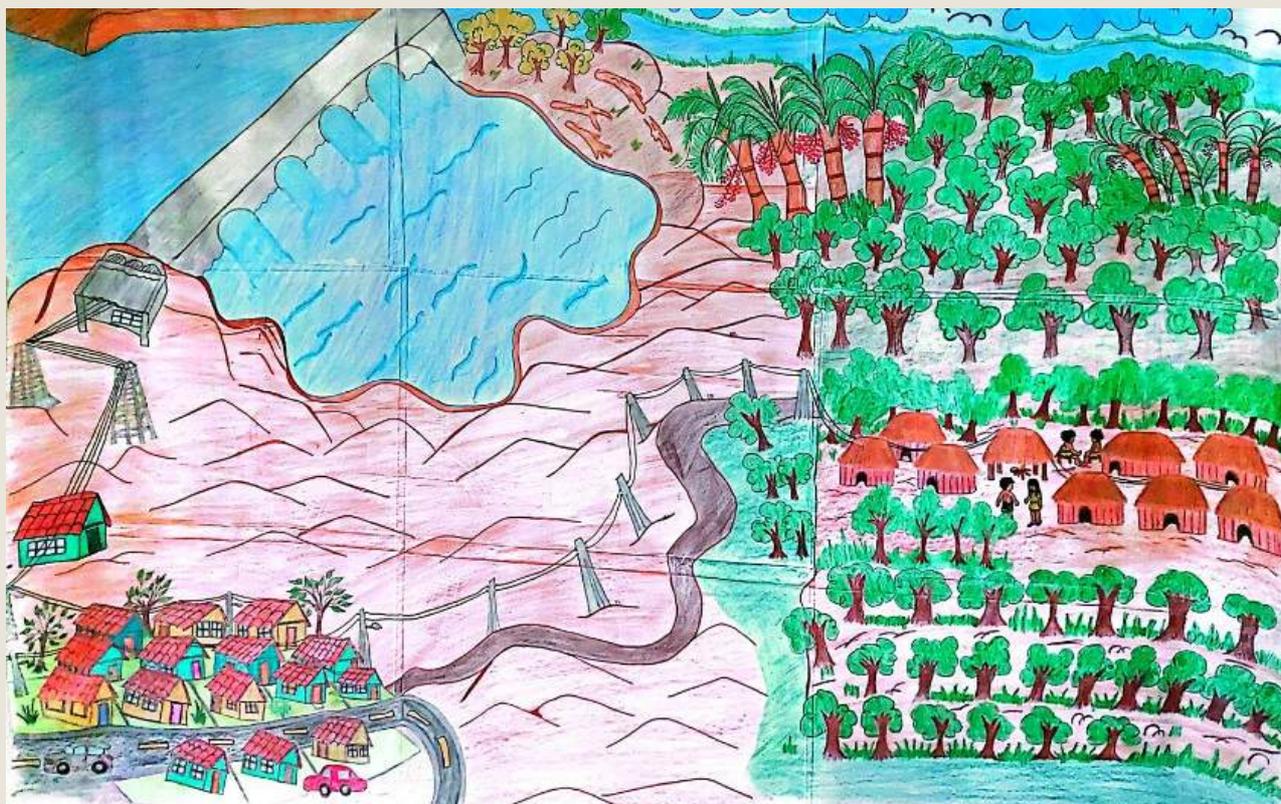
Geração	Usinas responsáveis pela produção da energia elétrica.
Transmissão	Infraestrutura que carrega a energia produzida nas usinas para todo o país.
Distribuição	Empresas que recebem uma grande quantidade de energia das linhas de transmissão e as distribuem em quantidades menores para as casas, comércios e indústrias.

Para abastecer com energia elétrica um país grande como o Brasil, em 1998 foi criado o Sistema Interligado Nacional (SIN) **[3]**.

O SIN é como uma grande malha de transmissão que liga usinas hidrelétricas, termelétricas e eólicas. Essa rede conecta as instalações de geração e transmissão, com o objetivo de ampliar o fornecimento de energia para quase todo o território nacional.

[3] Resolução 351/98 do Ministério das Minas e Energia.

O CAMINHO DA ENERGIA



Desde os anos 90 diferentes governos têm buscado criar instituições públicas para administrar as diferentes etapas da produção de energia elétrica e os seus muitos agentes. Essas são as principais:

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é o órgão responsável por regular e fiscalizar como está sendo feito o fornecimento de energia aos cidadãos e por definir as tarifas que são pagas pelos consumidores. A ANEEL também colabora nas pesquisas que determinam o potencial de determinados territórios para a exploração hidrelétrica.

A agência trabalha de acordo com as leis, políticas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) desenvolve estudos para o planejamento de longo prazo das políticas públicas para expandir e melhorar o setor elétrico.

Em 2018 a EPE propôs uma maior participação pública da sociedade civil no Plano Nacional de Energia por meio de conferências municipais, estaduais e nacionais de energia. Um dos temas de discussão é Energia e Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais [4].

Os povos indígenas locais, bem como outros segmentos da sociedade civil, não estão sendo valorizados na política energética nacional e no planejamento dos empreendimentos na bacia do rio Juruena.

[4]

Consulte

<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-227/topico-457/Participacao%20da%20Sociedade.pdf>

Teve uma reunião onde participaram representantes das 3 etnias da T.I. Apiaká/Kayabi. Eles chegaram na nossa aldeia Tatuí e falaram para os três povos sobre a usina, disseram que ia ser bom e que não ia trazer coisas ruins para a nossa aldeia, como se coisas boas fossem acontecer. Nossos lideranças não entraram em uma posição, mas nos conselheiros Kunimor e Salomes que não queria aquilo dentro do nosso território. Salomes falou com os outros e Chegamos a conclusão de que ter uma usina ali não seria legal, principalmente para os nossos filhos, nossos crianças e jovens que ainda estão crescendo. Onde eles vão achar os trabalhos e os peixes para peixar? O que vai ser do nosso rio? Ai nos voltamos e falamos para a empresa que nós não queria que eles construísse a usina hidrelétrica, que nós não concordamos com aquilo. Já vimos outros povos sofrendo com problemas por causa dessas tal usinas, não queremos isso para nós.

Relato de Dilma Maria Mani, indígena do Povo Kawaiwete,
Aldeia Tatuí, Terra Indígena Apiaká-Kayabi, Juara/MT.

Como é feito um projeto hidrelétrico

A construção de uma hidrelétrica passa por muitas etapas, que chegam a durar anos, conforme mostra a imagem abaixo:

LICENÇA PRÉVIA (LP)		LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)		LICENÇA DE OPERAÇÃO (LO)	RENOVAÇÃO DA LO
ESTUDOS DE INVENTÁRIO	ESTUDOS DE VIABILIDADE	LEILÃO	PROJETO BÁSICO	CONSTRUÇÃO	OPERAÇÃO
Identifica o conjunto de UHEs numa mesma bacia e as características sociais e ambientais gerais.	Caracteriza UMA usina específica e os impactos sociais e ambientais (EVTE + EIA + ECI)	Disputa entre empresas interessadas na concessão para construção e exploração da UHE	Detalhamento do projeto de construção + início da execução de programas sociais e ambientais (PBA + PBAI)	(PBA + PBAI)	(PBA + PBAI)
2 ANOS	2 A 3 ANOS	0,5 ANO	01 ANO	04 ANOS	> 50 ANOS

Etapas do licenciamento de uma hidrelétrica
Fonte: Rosenthal (2022)

Outros órgãos se envolvem nesse processo:

ANA ➔ Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

FUNAI ➔ Fundação Nacional dos Povos Indígenas

IPHAN ➔ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEMA ➔ Secretaria de Estado de Meio Ambiente

QUEM ESTÁ PAGANDO PELAS HIDRELÉTRICAS?

O financiamento do setor elétrico brasileiro



Em princípio, os empreendimentos do setor elétrico possuem um conjunto de características que os tornam pouco atrativos para os investidores privados:



Um empreendedor precisa de uma grande quantidade de recursos financeiros logo na fase de construção de uma hidrelétrica;



O retorno do investimento só acontece no longo prazo, depois de muitos anos;



O setor elétrico brasileiro apresenta incertezas regulatórias;



Do ponto de vista do empreendedor ou investidor, o setor apresenta muitos riscos: sobrecustos na construção e operação das usinas, possíveis questões de risco socioambiental, possibilidade de embargos e atrasos nas obras.

Por causa das características apresentadas acima, o Estado brasileiro tem sido historicamente um dos maiores financiadores do setor elétrico brasileiro.

É o Estado que vai estabelecer leis, instituições e políticas públicas, buscando tornar o setor atrativo para investidores privados.

São ferramentas que criam a sensação de um ambiente de estabilidade econômica e segurança jurídica. Isso dá confiança aos investidores para que coloquem dinheiro nesses empreendimentos.

O Marco Regulatório do Setor Elétrico, de 2004 é um dos principais a criar essa “segurança jurídica”.

Marco Regulatório de 2004

Podemos dizer que com a Lei 10.848 de 2004, o Marco Regulatório, tivemos uma articulação entre Estado e Capital Privado para facilitar o investimento no setor elétrico brasileiro.

Com essas medidas os investidores passaram a sentir mais confiança para investir no setor sem “perderem dinheiro” [5].

Algumas transformações trazidas por esta legislação:

- Instituiu os contratos de longo prazo;
- Organizou um sistema de leilões em que os empreendedores competem para oferecer os menores preços para a construção de uma usina;
- Criou a EPE para fazer o planejamento do setor através do Planos Decenais de Expansão;
- Estabeleceu que toda energia produzida por uma usina deve estar assegurada em um contrato, ou seja, a empresa estará fornecendo energia de forma contínua pelo período acordado. Por um lado, isso garante o abastecimento e evita o conhecido “apagão”, por outro, garante à empresa fornecedora os recursos advindos dessa energia durante muitos anos.



[5] Essa legislação pode ser acessada em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.848.htm

O Estado brasileiro também investe diretamente no setor elétrico através de empréstimos, financiamentos, isenções tributárias, oferecidos por bancos de fomento como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e por programas públicos.

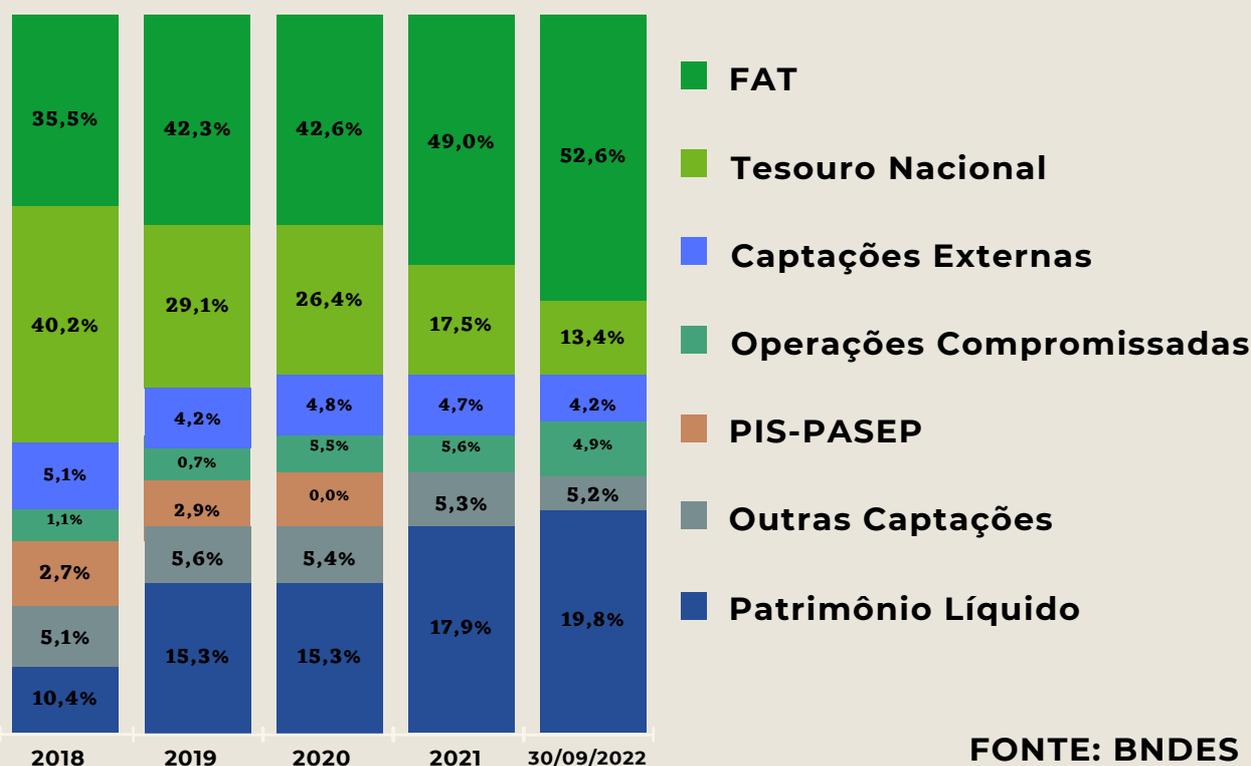


BNDES

Os bancos de desenvolvimento são instituições financeiras estatais. Eles emprestam dinheiro, criam linhas de crédito, financiam projetos, empresas e pequenos produtores.

O BNDES é um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo.

Os financiamentos e créditos oferecidos por esta instituição apresentam algumas vantagens em relação aos outros bancos: são contratos de longo prazo e seus juros geralmente são mais baixos.



Como vemos na tabela acima, grande parte do capital do BNDES vem do Tesouro Nacional, que é uma espécie de “caixa” do governo.

Este caixa é formado pela arrecadação de impostos, lucro das empresas públicas e títulos públicos **[6]**.

Outra parte importante desses recursos do BNDES vêm do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Este fundo está vinculado ao Ministério do Trabalho e é destinado a custear o Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico.

A principal fonte de recursos do FAT são as contribuições feitas ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

[6] Títulos públicos são contratos que representam uma dívida do governo com um investidor que lhe empresta uma certa quantidade de dinheiro. O Estado emite estes papéis para arrecadar capitais que possam ser utilizados no pagamento de outras dívidas ou em projetos públicos de infraestrutura, educação, saúde, segurança, etc. Ao adquirir um título público, um investidor empresta dinheiro ao governo e, em troca, recebe uma remuneração com o acréscimo de juros quando vencer o prazo do título.

É DINHEIRO PÚBLICO E DOS TRABALHADORES.

COMO CIDADÃOS TEMOS DIREITO A INFORMAÇÕES DETALHADAS SOBRE O QUE É FEITO COM ESSE DINHEIRO!

Ah, eu já vi falar nesse BNDES. Nós mexe com agricultura familiar e fui atrás de um PRONAF, que era via BNDES.



Era o PRONAF para sistema agroflorestal. Mas lá no banco disse que não tinha como não, porque faltava documento!



Eu também já ouvi fala. Eu vivo de pesca aí eu conheço o BNDES. Diz que tem um plano safra do governo federal, que ajuda com a aquisição de equipamentos e tudo mais.



Mas eu fui lá no banco eles também falou que não tem como não. Mas a gente vai seguindo a vida, eu vivo da pesca. Ah, meu pai só sabia fazer isso.



Meu avô também era pescador. Eu conheço rio e de fora a fora. Sei aonde é que tem os barreiros de bicho. Os minhoqueiro dessa região eu conheço tudinho.



As lagoas onde os peixes desova. Mas não sei fazer outra coisa, não. E se alagar mesmo por causa dessa usina?



Eu na verdade não sei nem o que que eu vou fazer, não. Porque outra atividade eu num sei fazer.



Sempre vivi disso, eu gosto e tem prazer naquilo que eu faço. Então queria continuar aí pescando até não ter mais força pra continuar.



Sem falar, que o Estado ainda tem programas públicos que financia os projetos.



Dá um exemplo de programa público que dá dinheiro pra construir usina.



Te dou dois exemplos.



E os dois têm participação do BNDES, o FINEM e o FINAME.



Para conseguir esses recursos do BNDES, é preciso acessar uma linha de financiamento. As mais importantes no caso das hidrelétricas são as que seguem:

**Fundo de
Financiamento a
Empreendimentos
(FINEM)**

É uma linha de crédito de longo prazo mantida pelo BNDES, para projetos públicos ou privados voltados à geração e ao aumento de capacidade produtiva nos setores de comércio, indústria, agropecuária e prestação de serviços.

Está disponível para empreendimentos cujo valor mínimo do financiamento seja igual ou superior a R\$ 40 milhões e pode ser solicitado por empresas, fundações, associações, cooperativas e órgãos públicos.

**Fundo de
Financiamento de
Máquinas e
Equipamentos
(FINAME)**

É uma modalidade de financiamento do BNDES destinada a investimentos na produção, modernização ou compra de máquinas, equipamentos, bens industrializados, bens de informática e automação, que devem ser empregados em atividades econômicas.

Podem solicitar este financiamento empresas sediadas no país, fundações, associações, cooperativas e empresas públicas. Essa solicitação pode ser feita em instituições financeiras credenciadas ao BNDES (como o Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou mesmo bancos privados).



Além do financiamento com repasse de recursos financeiros, o Estado também favorece a construção de hidrelétricas com isenção de impostos por meio de outras políticas. Uma delas é o REIDI.

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

O REIDI visa reduzir os custos iniciais dos investimentos em obras de infraestrutura. Esse programa suspendendo a incidência do PIS/PASEP (Programa de Integração Social/ Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) de determinados produtos adquiridos por projetos nos setores de transportes, portos, energia, saneamento básico e irrigação.

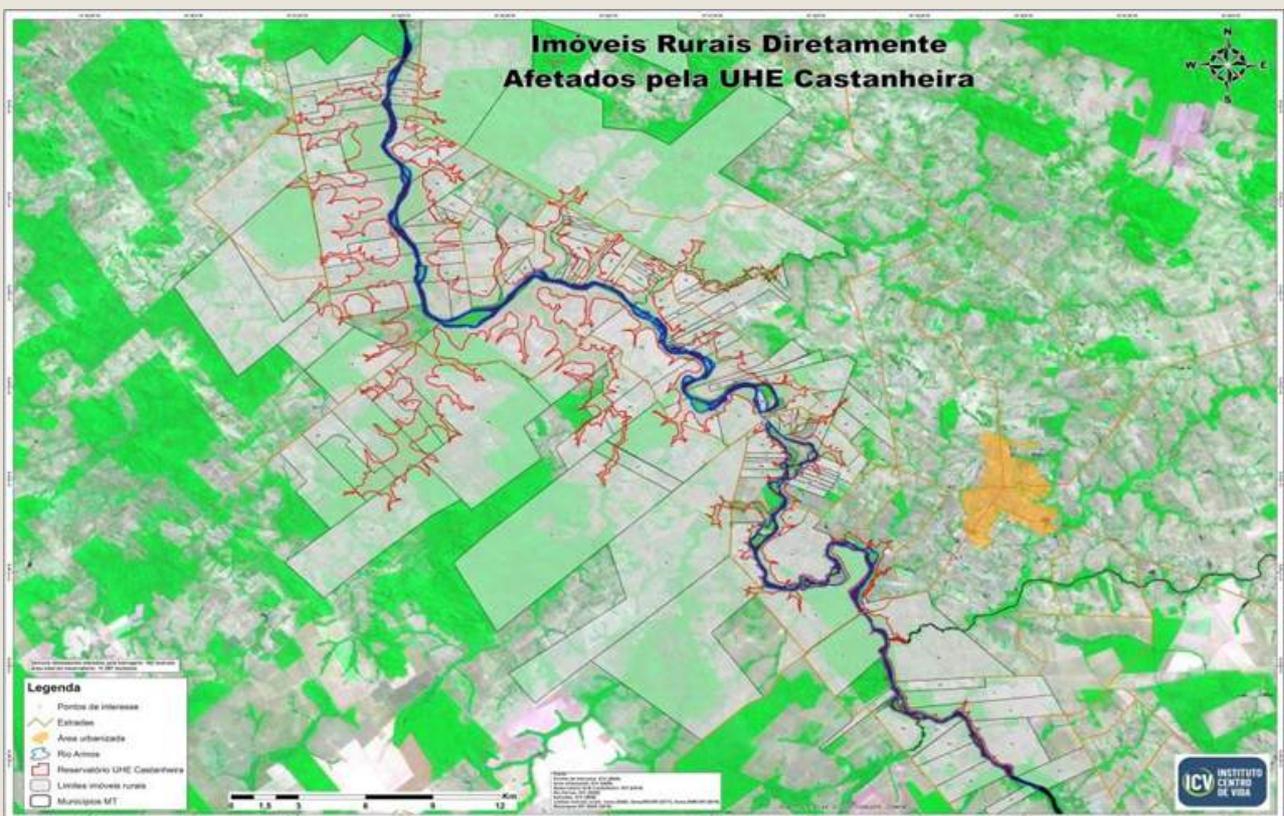
No caso do setor elétrico, o empreendedor deve solicitar o enquadramento no REIDI à ANEEL.



O caso da UHE Castanheira

Na bacia do Juruena, entre 172 empreendimentos hidrelétricos previstos, está o projeto da UHE Castanheira.

Esse é o maior empreendimento planejado na região. O projeto é marcado por várias inconsistências e omissões em seus estudos de impacto ambiental, pois não foi devidamente considerada a imensa diversidade ambiental e as formas de vida dos povos e comunidades que dependem desses rios e que serão afetados pela usina.



Fonte: Weslei Biturri - ICV

A hidrelétrica deve alagar cerca de 10 mil hectares, causando imensos impactos diretos e indiretos sobre os municípios de Juara, Novo Horizonte do Norte e Porto dos Gaúchos, além das comunidades Pedreira, Palmital, Rodolfo Ferro e Casulo. Também serão afetados os povos indígenas Munduruku, Kayabi/Kawaiwete e Apiaká, que residem na Terra Indígena (TI) Apiaká/Kayabi, e o povo Rikbaktsa, que reside nas TIs Japuira, Escondido e Erikpatsa.

Apesar de ter sua terra originária às margens do rio Arinos, o povo Tapayuna foi desconsiderado no Estudo e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) sobre a UHE Castanheira realizados pela EPE.

"Eu tô aqui vocês estão me vendo? Eu existo! Precisamos da nossa terra, é lá que está nossa família, é lá que meu pai, meu avô cuidou de mim, eu lembro tudo. Não pode fazer usina em cima dos nossos cemitérios, das nossas roças..."

Trecho da fala de Pinka Tapayuna durante a mobilização do Marco Temporal em Brasília, 2023.



Na foto, Povo Kahkwakretxi/Tapayuna durante marcha no Acampamento Terra Livre em Brasília, 2023.

Foto: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo

A EPE deu início ao processo de licenciamento da UHE Castanheira junto à SEMA (MT) em 2012. O processo se encontra na etapa de obtenção da Licença Prévia desde 2017, quando foi apresentado seu EIA/RIMA. No entanto, o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual recomendaram à SEMA/MT a não concessão desta licença, pois os estudos apresentados não consideravam os impactos cumulativos gerados pelo grande número de aproveitamentos hidrelétricos já previstos para a mesma bacia hidrográfica.



Fonte: Coletivo de Comunicação do MAB/MT

O projeto da UHE Castanheira já foi beneficiado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) com R\$ 15.426.000 e hoje faz parte de um outro programa público, o PPI:

Programa de Parceria de Investimentos (PPI)

Destina-se à ampliação e ao fortalecimento da interação entre Estado e iniciativa privada, por meio de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura.

Desde 2019 um dos eixos de atuação do PPI tem sido o apoio ao licenciamento ambiental de projetos de desenvolvimento, incluindo possíveis processos de desapropriação. É neste quesito que a UHE Castanheira está enquadrada no programa.

Segundo o Decreto Presidencial nº 10.116 de 2019, o empreendimento está qualificado no âmbito do PPI “para fins de apoio ao licenciamento ambiental e de outras medidas necessárias à sua viabilização”.

FIQUE ATENTO!

Desde 2018 o papel do Estado como principal financiador do Sistema Elétrico tem se modificado. Duas mudanças são importantes:

- Hoje a taxa de juros do BNDES está mais próxima da praticada por outros bancos públicos ou privados, tornando seus financiamentos menos atrativos.

- Têm sido debatidas no congresso brasileiro novas políticas públicas para estimular que os empreendedores busquem financiamentos privados. Um exemplo é o Projeto de Lei N° 2646, de 2020.

Conhecido como PL das Debêntures de Infraestrutura, este projeto tem entre suas propostas a redução de juros e a garantia de reduções de impostos para o empreendedor que emitir títulos de dívida **[7]** no mercado de capitais. Estes títulos são comprados por investidores privados, que colocam seus capitais na construção destes projetos de infraestrutura.

[7] Este título de dívida também é denominado debênture. Trata-se de um contrato no qual um empreendedor faz a promessa de que irá pagar com o acréscimo de juros ao investidor que comprar estes papeis.



Pois é pessoal. Era isso que eu estava preocupado. Porque a gente paga indiretamente e diretamente as contas.



E a gente ainda fica aí na incerteza se vai alagar nossa terra ou não. Eu só sei que eu estou preocupado com esse trem aí.



Pois cadê aquele povo lá do Juruena Vivo?



Eles num mexe com esse trem?



Será que eles num explica mais desse trem pra nós não?



Quem sabe, numa dessa nós até desenrola aquele PRONAF que tá parado.

Fotos da Reunião Ampliada da Rede Juruena Vivo, março de 2023.



Foto: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo



Foto: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo



Foto: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo



Foto: Bruna Sirapp/Rede Juruena Vivo



Foto: Bruna Sirapp/Rede Juruena Vivo



Foto: Melissa Vieira/Rede Juruena Vivo



Fotos: Larissa Silva/Rede Juruena Vivo



Foto: Bruna Sirayp/Rede Juruena Vivo



Fotos: Melissa Vieira/Rede Juruena Vivo



Fotos: Piani Kayabi/Rede Juruena Vivo